



O CENÁRIO POLÍTICO-PARTIDÁRIO NO BRASIL REPUBLICANO: OS PARTIDOS COMO EXPRESSÃO POLÍTICA DAS ELITES.

ALINE GUIMARÃES ANDRADE¹

UEBER JOSÉ DE OLIVEIRA²

RESUMO

O estudo do sistema político brasileiro durante a República nos conduz a um cenário que tem como atores políticos desde o coronel (que forma a base de uma estrutura política que se estende do plano municipal ao federal, passando pelo estadual, tendo como fio condutor os interesses que originam as articulações, pautada numa cultura política oligárquica) até os militares que conduziram de forma extremamente arbitrária um considerável período de nossa política. Mesmo vigente desde 1889, a República no Brasil em sua forma democrática ainda é muito recente, enquanto prática e organização, potencializando a permanência de uma elite forjada antes mesmo do período Republicano e, que usará de diferentes mecanismos para se manter no poder como veremos ao longo do trabalho.

Palavras-chave: República ; poder ; política ; partidos.

ABSTRACT

The study of the Brazilian political system during the Republic leads us to a scenario that has the political players from Colonel (which forms the basis of a political structure that extends from the municipal level to the federal , through the state , with the thread of the interests that cause the joints , based on oligarchic political culture) to the military that led a largely arbitrary manner a considerable period of our policy. Even in effect since 1889, the Republic in Brazil in its democratic form is still very recent, as practice and organization , increasing the length of a forged elite even before the Republican period, which will use different mechanisms to remain in power as we will see throughout the study .

Keywords: Republic; power ; policy ; parties

¹ Aluna regular do programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Política da Universidade do Espírito Santo (UFES). alinegandrade@gmail.com

² Professor orientador do programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Política da Universidade do Espírito Santo (UFES). ueberoliveira@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO

Embora proclamada em 1889, a República no Brasil, em seu conceito democrático, ainda é muito recente, como será descrito, o cenário republicano foi permeado por conflitos e muitas divergências político-partidárias, períodos de autoritarismos e conflitos de ideias. Mesmo assim a República sobreviveu e, hoje vivemos, de certa maneira, uma estabilidade política que outrora não se viu.

A democracia, e no caso brasileiro o seu restabelecimento, é para as sociedades modernas uma conquista obtida a duras penas. Assim toda a sua formação e concretização não pode ser analisada sob uma mesma perspectiva, cada uma possui especificidades ligadas ao processo histórico que a gerou, embora haja elementos que acabam sendo comuns as diferentes sociedades tais como a organização e a representação político-partidária e as disputas de diferentes personagens políticos sob a tutela de uma sigla partidária a fim de obterem maior capilaridade no meio social e assim angariarem mais votos.

Dessa forma buscou-se aqui traçar um breve panorama acerca da estrutura político-partidária brasileira a partir das siglas que se destacaram em cada momento da história republicana do país de forma a ilustrar a movimentação dos personagens em torno dessas siglas partidárias a medida que o cenário político do país modificava-se. Toda essa movimentação ocorreu, sobretudo, com o objetivo de manterem-se no poder. Tendo como base teoria Michels (1982) e o que ele chamou de “Lei de ferro das oligarquias”³.

PARTIDOS POLÍTICOS E SEUS ASPECTOS ORGANIZACIONAIS

³ Em seu livro Robert Michels tratará das organizações partidárias dos Estados democráticos, onde a medida que as sociedades tornam-se mais complexas e conseqüentemente as organizações, o poder no interior dessas tendem a concentrar-se nas mãos de um grupo, de uma elite.

O estudo de aspectos do sistema político-partidário brasileiro durante o período republicano, nos leva a elencar de forma preliminar autores clássicos que nos auxilia a caminhar em direção a seguinte pergunta: o que são partidos e como esses se organizam? O que se entende por elite? Como os partidos se organizaram no Brasil a partir da atuação política das elites?

No intuito de dar luz a essa problematização o trabalho elencará a priori alguns autores considerados clássicos para a discussão do tema, são eles: Robert Michels (1982), Durverger (1970), Panebianco (2005), Seiler (2000), e Heinz (2006). O objetivo é trazer algumas definições discutidas pelos autores e não confrontar as ideias levantadas por eles.

A palavra: *partido* que deriva do verbo partir, tem em seu aspecto histórico mais longínquo abordado em Seiler (2000 p. 9 e 10), como um grupo armado, militares que agiam à margem das forças armadas, citando como exemplo os soldados veteranos. Segundo Seiler (2000), foi com o passar do tempo que a palavra torna-se sinônimo de facção política até adquirir sua acepção atual.

Ainda segundo Seiler (2000), desde muito cedo as ciências sociais recorreram ao vocábulo *partido*, usado desde para designar os grupos sociais que se opunham a Atenas, na Roma antiga como conceitos de partido plebeu ou patricio, ou ainda medievalistas e modernistas que o utilizaram para designar os Armagnacs e os Bourguignons, ou Ligueurs e os Huguenots. Entretanto segundo o autor, a maioria dos cientistas políticos aderem a posição de Max Weber: “os partidos são os filhos da democracia e do sufrágio universal” (Seiler 2000:10).

Ainda segundo Seiler (2000:21), partidos vem definido como “[...] sendo organizações visando mobilizar indivíduos numa ação coletiva conduzida contra outros, paralelamente mobilizados, a fim de alcançar, sozinhos ou em coalizão, o exercício das funções de governo”.

O autor em sua obra ainda faz uma crítica à Weber quando esse vê os partidos como filhos da democracia ou do sufrágio universal. Para Seiler (2000:21), “[...] não é a democracia, nem o sufrágio universal, nem mesmo a instauração de um sistema representativo que fazem

nascem os partidos políticos, mas exatamente o surgimento das massas na cena política”. Assim “[...] os partidos políticos constituem emanações dos conflitos sociais; portanto, produtos da sociedade e do conflito” (SEILER, 2000:22).

Entretanto o divisor de águas para o estudo do fato político é o trabalho de Robert Michels (1982), uns dos primeiros a discutir a configuração interna das agremiações partidárias, partidos são abordados a partir de sua organização e como esses se transformaram em grandes máquinas políticas que foram progressivamente sendo dominados por uma classe profissional que acaba afastando os militantes.

Dessa forma Michels (1982), trata da importância da organização dentro dos partidos. Assim

[...] Uma organização forte exige, por razões, tanto técnica administrativa como táticas, uma direção igualmente forte. Se uma organização é frouxa e vaga, torna-se impotente para dar nascimento a uma direção profissional. (...) À medida que o partido moderno evolui para uma forma de organização mais sólida, vemos acusar-se muito mais a tendência a substituir os chefes ocasionais por chefes profissionais. (MICHELS, 1982:23)

Para Michels (1982) o surgimento de chefes profissionais a partir de uma especialização técnica é para ele inevitável a qualquer organização, o que faz com que

[...] o poder de decisão, considerado como um dos atributos específicos da direção, é pouco a pouco retirado das massas e concentrado exclusivamente nas mãos dos chefes. E estes, que antes não eram senão os órgãos executivos da vontade coletiva, em breve se tornam independentes das massas, frustrando-se ao seu controle. (MICHELS, 1982:21)

Por fim Michels (1982) analisa o fato de que toda organização possui uma tendência à oligarquia, em que a inclinação aristocrática acaba se manifestando de forma mais acentuada. Dessa maneira, “[...] a organização tem o efeito de dividir todo o partido ou sindicato profissional em uma minoria dirigente e uma maioria dirigida”. (MICHELS, 1982:21).

Quanto mais o partido cresce, mais a necessidade de especialização para a manutenção do poder, centralizando ainda mais a administração em torno desses políticos profissionais. A participação popular de outrora dentro dos partidos vão entrando em desuso, desaparecendo,

por conseguinte a democracia no interior desses partidos. Esses que foram criados “[...] oriundos do povo acaba por cima do povo”. (MICHELS, 1982:24).

Outro importante teórico é Duverger (1970) em que a discussão se dá pela distinção do que seria, partido de massa e o seu oposto os de quadro, bem como seus membros, as formas de adesão e o grau de participação no seu interior, ampliando a discussão iniciada por Robert Michels. Assim,

[...] os partidos de massas caracterizam-se pela atração que exercem sobre o público: um público pagante, que permite à campanha eleitoral escapar às servidões capitalistas, [...] O partido de quadro atende a uma noção diferente. Trata-se de reunir pessoas ilustres, para preparar eleições, conduzi-las e manter contato com os candidatos. [...] Assim se explica que a distinção entre partidos de quadros e os partidos de massa corresponde quase que do mesmo modo à da direita e da esquerda, dos partidos ‘burgueses’ e dos partidos ‘proletários’ (DUVERGER, 1970:100-103).

Para Duverger (1970), com a ampliação do sufrágio universal tanto os partidos de quadros quanto os de massa, buscam caminhos para se adequarem a uma sociedade que cada vez mais se torna complexa. Dessa forma os partidos de quadros por não possuírem tanta capilaridade dentro das massas, buscam nelas votos por meio de discursos carismáticos, dizendo aquilo que se quer ouvir. Dessa maneira poderíamos enquadrar tal fenômeno naquilo que Bourdieu (1992) chama de *capital político*, ou seja, estratégias objetivando a manutenção do poder. Já os partidos de massa se organizam e elegem um grupo para conduzir o processo, o poder, uma oligarquização como trata Michels (1982).

Dessa forma, diante das demandas produzidas ao longo da história, as opções políticas tendem a apresentar-se comumente sob a forma dualista, plebeus x patrícios ou esquerda x direita, é como se a sociedade caminhasse naturalmente para um “bipartidarismo”⁴, conseqüentemente os eleitores aderem a um e repele o outro de proposta oposta.

É importante salientar que em sistemas unipartidários inexistente a concepção dualista, nesses o partido é ao mesmo tempo elite e vínculo, seja por uma incapacidade das massas em

⁴ Bipartidarismo tratado como ideias opostas e não pela existência de dois partidos apenas.

articularem ou por um sufocamento das mesmas em prol de um “bem estar comum”, como exemplo os partidos nazifascistas.

Sem dúvida alguma a tese de Maurice Duverger (1970) sobre partido de massa e de quadros é o mais próximo do que vivenciamos hoje quanto à organização político partidária. Independente do número de partidos, de seus filiados ou de sua polarização ideológica, estes tendem, em sua gênese, a se organizarem ora por demandas populares, como é o caso do partido de massa, ora por pessoas “ilustres”, elites forjadas no seio do espectro político. Não se discute aqui o caminho ou estratégias usadas por nenhuma agremiação para conquistar o número maior de eleitores, por exemplo, partidos essencialmente de quadros que apresentam discursos mais populares, ou os de massa que para manter certa governabilidade tendem a buscar profissionais políticos tornando-se mais elitizados.

Panebianco (2005) que assim como Michels (1982) trata da organização dos partidos. Para ele, “[...] a organização é percebida como uma estrutura que corresponde e se adapta a uma multiplicidade de demandas por parte dos vários jogadores e que procura manter um equilíbrio conciliando essas demanda” (PANEBIANCO 2005:13). Dessa forma, mesmo que haja dirigentes, os militantes, assim como as massas acabam tendo suas demandas, ou parte delas, conquistadas não ocorrendo uma completa monopolização do poder, como trata Michels (1982).

Panebianco (2005) se distingue de Michels (1982), ao afirmar que um partido se adapta as externalidades com o objetivo de se auto-preservar. Já Michels (1982), trata da substituição dos fins, ou seja, um partido que nasce das massas torna-se de quadro principalmente pela incapacidade das massas em organizar essas instituições, ou seja, toda organização tem uma tendência à oligarquia, o que Michels (1982) chamará de *Lei de ferro das oligarquias*. Penebianco (2005) não consegue negar a Lei de ferro das oligarquias de Michels (1982), ele afirma que sempre existirão dentro dos partidos, elites partidárias, dirigentes, chefes, mas, quanto mais coletivo é o partido, mais forte e institucionalizado ele será, diminuindo a possibilidade de corrupção e a atuação das elites partidárias.

No que tange o termo elite, muito utilizado na discussão em torno do fato político podemos destacar a definição de Heinz (2006). Para ele o termo “[...] faz referência a categoria ou grupos que parecem ocupar o ‘topo’ de ‘estruturas de autoridade ou de distribuição de recursos’ [...], ‘os dirigentes’, as pessoas ‘influentes’, os ‘abastados’ ou os ‘privilegiados’ [...]” (HEINZ, 2006:7).

E por fim é importante destacar o mote de atuação dos partidos em sua concepção mais contemporânea, ou seja, o campo político. Para tal destacamos Certeau (1998), Bourdieu (1992) e Barth (2000), autores que abordam o campo político, primordial para o entendimento do cenário político investigado nessa dissertação. Esses autores discutem a partir das estratégias e do capital político como agem os atores dentro do espectro político.

Em Certeau (1998), o autor através da análise de práticas cotidianas busca entender como o indivíduo se porta dentro de uma organização pré-estabelecida, em que esse recebe o que lhe é imposto decidindo, de forma consciente ou não, acatar ou não, utilizando de táticas e estratégias para resistir, o que o autor chama de micro resistências que acabam fundando as micro liberdades. Trazendo para o campo político-partidário pode-se inferir que nem toda imposição é certeza manutenção de uma ordem.

Nessa linha Bourdieu (1992) traz o conceito de *campo político*, local de constante conflito entre indivíduos em uma luta simbólica pela conservação ou mesmo transformação do mundo social. Nessa luta o modo de agir, de fazer e os símbolos (*modus operandi*) acabam sendo internalizado (*opus operatum*), criando o que ele chamará de *habitus*. Contudo o domínio de símbolos não garante a integração do indivíduo no sistema necessitando sempre de pessoas que possuam o chamado *capital político* a fim de manter a dominação. Dessa maneira o campo político pode ser atribuído as instituições e aos agentes nela inseridos que buscam através de seu capital político e de estratégias manter uma dominação existente lutando contra aqueles que possam dismantelar essa estrutura.

Por fim Barth (2000) traz uma crítica aos autores mencionados em que não se dá para imaginar que o indivíduo sempre haja de forma racional e use o tempo todo de estratégias de como agir em sociedade ou burlar imposições feitas por ela. Os indivíduos para BARTH

(2000) agem cada vez mais de forma irracional, além do que as estratégias estabelecidas podem ou não funcionar em determinados grupos.

O CENÁRIO BRASILEIRO

Embora proclamada em 1889, a República no Brasil, em seu conceito democrático, ainda é muito recente, como será descrito, o cenário republicano foi permeado por conflitos e muitas divergências político-partidárias, períodos de autoritarismos e conflitos de ideias. Mesmo assim a República sobreviveu e, hoje vivemos, de certa maneira, uma estabilidade política que outrora não se viu.

A democracia, e no caso brasileiro o seu restabelecimento, é para as sociedades modernas uma conquista obtida a duras penas. Assim toda a sua formação e concretização não pode ser analisada sob uma mesma perspectiva, cada uma possui especificidades ligadas ao processo histórico que a gerou, embora haja elementos que acabam sendo comuns as diferentes sociedades tais como a organização e a representação político-partidária e as disputas de diferentes personagens políticos sob a tutela de uma sigla partidária a fim de obterem maior capilaridade no meio social e assim angariarem mais votos.

Dessa forma buscou-se aqui traçar um breve panorama acerca da estrutura político-partidária brasileira a partir das siglas que se destacaram em cada momento da história republicana do país de forma a ilustrar a movimentação dos personagens em torno dessas siglas partidárias a medida que o cenário político do país modificava-se. Toda essa movimentação ocorreu,

sobretudo, com o objetivo de manterem-se no poder. Tendo como base teoria Michels (1982) e o que ele chamou de “Lei de ferro das oligarquias”⁵.

Dessa forma, a partir do levantamento de diferentes concepções a cerca da origem e organização partidária, pode-se inferir que no Brasil as organizações partidárias possuem aspectos de partidos de quadros e, mesmo com a República e a ampliação do sufrágio universal, os partidos continuaram como representação de uma elite, que foi mudando ao longo do processo de fortalecimento e institucionalização dos partidos, passando dos burocratas do império, as oligarquias rurais dos primeiros anos da República aos hoje políticos profissionais. Nessa etapa o trabalho tratará de traçar um breve panorama partidário em diferentes períodos da história do Brasil, com destaque para o período republicano.

No Brasil a origem dos partidos estão no que se chama de quadros, ou seja, são organizados no âmbito do Parlamento reunindo personalidades ilustres em torno de um interesse em comum. Tomemos como ponto de partida o período imperial, uma vez que a formação “[...] dos primeiros partidos no Brasil se deu no bojo do processo de independência e de construção do Estado e da nação [...]” (MOTTA, 1999:19). Nesse período os dois partidos que iriam dominar a cena política eram o Liberal e o Conservador, apelidados de, respectivamente, Luzias e Saquaremas.

Tanto Luzias quanto Saquaremas

agrupavam a pequena elite política do período, composta de vereadores, deputados (provinciais e gerais), senadores, presidentes de províncias, ministros de Estado, [...]. a política era assunto dos grupos abastados, principalmente proprietários rurais e comerciantes, e dos intelectuais, a maioria também provenientes das classes altas. (MOTTA, 1999:29).

Portanto, os partidos nesse período eram essencialmente parlamentares, os quais não precisavam mobilizar as massas, e nem pretendam, uma vez que prevalecia o critério censitário de participação, em que “[...] tinham direito ao voto os cidadãos possuidores de uma determinada renda anual”. (MOTTA, 1999: 31), o que excluía os mais pobres, maioria da população, e as mulheres. Quanto a organização, os partidos não possuíam “[...] presidentes,

⁵ Em seu livro Robert Michels tratará das organizações partidárias dos Estados democráticos, onde a medida que as sociedades tornam-se mais complexas e conseqüentemente as organizações, o poder no interior dessas tendem a concentrar-se nas mãos de um grupo, de uma elite.

secretários e muito menos tesoureiro. [...] O máximo de organização que chegaram a possuir foram comissões diretoras [...]” (MOTTA, 1999:30), criadas a partir de 1870 para preparar lista de candidatos para as eleições seguintes.

Constituindo-se de um mesmo grupo social, as elites, não é de se espantar que Luzias e Saquaremas também possuíam os mesmos interesses, a permanências da monarquia no Brasil, quantos a isso não havia discussão. Os debates se referiam a limitar ou não o poder monárquico, cabia aos Luzias a “oposição” o qual era contra o autoritarismo do imperador.

Em 15 de novembro de 1889, o Brasil deixou de ser uma monarquia através da proclamação da República por um golpe impetrado pelo Marechal Deodoro da Fonseca e liderado por uma frente composta pela aristocracia, militares e outras classes sociais. Desses, apesar da notória participação militar, destaca-se a elite agrária, uma vez que insatisfeitos com o regime monárquico por seus interesses não estarem mais sendo atendido da forma que julgavam necessárias conduzindo assim a articulação desse processo, fato que se comprova por seu controle sobre o Estado brasileiro durante a maior parte da Primeira República.

Os primeiros anos da República foram marcados pela dificuldade em se criar organizações de caráter nacional. Assim houve uma

[...] forte tendência dos diversos grupos se organizarem regionalmente. Surgiram assim núcleos em várias províncias, sendo mais fortes os de São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, não por acaso, estados que ocuparam posição de destaque na primeira fase republicana. Após 1889 a tendência se consolidou com a formação dos P.R.s estaduais, Partido Republicano Mineiro (PRM), Partido Republicano Paulista (PRP) etc. (MOTTA, 1999:39).

Dessa maneira o cenário político caminhava em estabelecer o domínio das oligarquias locais, como assim ocorreu nos primeiros anos da República no Brasil em que a economia também era dominada por eles através da cultura do café. Segundo Motta (1999:40), a “[...] palavra chave do momento era ‘federalismo’, quer dizer, o Brasil passou a ser composto por uma federação de estados autônomos e independentes do governo federal”.

A adoção do federalismo teve como forte influência a experiência estadunidense. A partir desse modelo as elites locais poderiam gozar de uma autonomia não conquistada durante o império. Assim os partidos nesse período representariam

[...] uma coalizão de grupos políticos municipais, invariavelmente dominados por clãs familiares e/ou pelos velhos Coronéis. Muitas vezes existiam grupos adversários nas localidades, mas eles atuavam no mesmo partido e lutavam entre si pelo seu controle. (MOTTA, 1999:43)

Essas lideranças locais buscavam alianças com dirigentes nas capitais de Estado de modos a lhes assegurar proteção e manutenção de seu poder nos municípios.

O sistema eleitoral instituído na Constituição de 1891 substituiu o anterior voto censitário que considerava como eleitor o homem, maior de 21 anos e detentor de uma grande propriedade de terra, eliminando o critério fundiário, pela exigência da alfabetização. Isso excluiu ainda mais a população da cidadania, uma vez que cerca de apenas 2% da sociedade naquela conjuntura era alfabetizada,

[...] a exclusão dos analfabetos pela Constituição republicana era particularmente discriminatória, pois ao mesmo tempo se retirava a obrigação do governo fornecer instrução primária, que constava no texto imperial. Exigia-se para a cidadania política uma qualidade que só o direito social da educação poderia fornecer e simultaneamente, desconhecia-se esse direito. Era uma ordem liberal, mas profundamente antidemocrática e resistente a esforços de democratização (GOMES; PANDOLFI; ALBERTI, 1999:45).

Além dos analfabetos, mulheres, mendigos e soldados sem patente oficial também estavam excluídos do sistema eleitoral. Dessa forma, embora vigência de uma Constituição republicana, a população continuou à margem da composição política nacional.

O fato é que em termos democratizantes, a República, de imediato, fez muito pouco pela política participativa nacional. A transformação na forma de governo atingiu apenas seus prioritários ideais: delegar às classes dominantes do país o legítimo domínio político, características marcantes de instituições típicas que caracterizam o período da Primeira República brasileira.

O Brasil da Primeira República, portanto, constituiu um país predominantemente rural, com base econômica agrária, de base econômica agrária e com profunda concentração fundiária.

Os latifundiários exerciam autoridade sobre todos trabalhadores e moradores de sua propriedade, mas também na maioria dos casos por toda região que sua influência econômica e poder de mando alcance. Esses homens abastados, poderosos, temidos e até mesmo admirados, constituíram os atuantes coronéis da República oligárquica.

As eleições de 1930 marcaram de forma decisiva o cenário político do Brasil, abrindo espaço para a Revolução de 1930 que colocará Getúlio Vargas no poder desmantelando a alternância firmada por São Paulo e Minas Gerais por meio da política do café com leite⁶.

Essa aparente tranquilidade, firmada com a política do café com leite, foi rompida quando o então Washington Luís que era paulista, resolve fazer de Júlio Prestes seu sucessor, o que levará a uma grande insatisfação os dirigentes mineiros, “[...] com isso, rompia-se o acordo tácito com Minas, que esperava ocupar a presidência da República” (FERREIRA, 2006:15).

A insatisfação da coligação mineira com a atitude do presidente fez surgir a Aliança Liberal, uma frente oposicionista à candidatura oficial de Júlio Prestes. Como candidato à presidência pela Aliança Liberal, Getúlio Vargas (ex. Ministro da Fazenda de Washington Luís e então governador do Rio Grande do Sul) teve seu nome apresentado.

Inaugurada, a Era Vargas teve como bandeira o trabalhismo, e, embora estivesse em aparente consonância com o povo, em termos políticos Vargas encontrou inúmeras divergências, principalmente com a ala comunista, tendo como um dos representantes a ANL (Aliança Nacional Libertadora), motivado principalmente pela posição centralizadora de Vargas.

É importante ressaltar que nesse momento importantes reformas no sistema eleitoral foram realizadas

[...] com o objetivo de corrigir suas falhas e deficiências mais flagrantes. Para combater a fraude nos resultados das eleições, uma prática tradicional na política brasileira com raízes n Império, e que era um aspecto particularmente odioso da República Velha, foi instituído o voto secreto e a justiça eleitoral. [...] as mulheres conquistaram o direito ao voto pela primeira vez em nossa história, sendo incorporadas à cidadania ativa. ((MOTTA, 1999:53)

No que se referem às experiências partidárias, as mais emblemáticas nessa primeira fase da Era Vargas foi entre a Ação Integralista Brasileira (AIB) alinhado ao pensamento de direita, e a Aliança Nacional Libertadora (ANL), defendia uma postura de esquerda. Os aliancistas e os integralistas

[...] produziram um fato inédito na história brasileira, o surgimento de organizações políticas com capacidade de mobilização de massas populares. Os

⁶ Política de revezamento do poder nacional presente no período denominado República Velha, entre os estados de São Paulo (mais poderoso economicamente, devido principalmente à produção do café) e Minas Gerais (além de se destacar na produção de leite, possuía o maior polo eleitoral da época).

dois movimentos lograram atrair o apoio entusiástico de milhares de cidadãos país afora, muitos dos quais chegaram a se filiar formalmente. ((MOTTA, 1999:54)

Seja através de comícios ou passeatas o fato é que conseguiam atrair um grande número de pessoas, o que era efetivamente uma novidade frente a uma política caracterizada pelo elitismo e afastamento da opinião pública. Tal proximidade com as massas não faz esses serem caracterizados como partidos de massa, uma vez que não surgiram a partir delas.

De qualquer forma segundo Motta (1999:62),

[...] as experiências partidárias em curso nos anos 30 não tiveram oportunidade de se consolidar. Em 1937 Getúlio Vargas deu m golpe de Estado e implantou uma ditadura no país, regime político batizado de 'Estado Novo'. Uma das principais medidas após o golpe foi a extinção dos partidos políticos, [...].

O domínio Varguista, depois de idas e vindas teve fim em 24 de agosto de 1954, com sua morte, Café Filho assume o poder.

Após o fim do Estado Novo e com a Constituição de 1946, algumas mudanças no sistema eleitoral se deram nesse período, como a consagração definitiva do voto feminino, a redução da idade para a participação eleitoral de 21 anos para 18, o que ampliou ainda mais o volume de eleitores.

Quanto ao quadro partidário, destacam-se três partidos majoritários quanto aos resultados eleitorais e que configuravam as principais disputas, são eles: o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), o Partido Social Democrata (PSD) e a União Democrática Nacional (UDN).

Segundo Motta (1999:71), o PTB

[...] configurou-se como a organização mais ardentemente getulista. Seus fundadores pretendiam serem herdeiros e continuadores da obra trabalhista do ex-presidente, considerando-o como fonte de inspiração máxima e líder principal do partido.

Para Motta (1999:76), os pessedistas, possuíam suas “[...] bases mais fortes nas zonas rurais, contando com elementos vinculados fortemente aos interesses agrários [...]”. Já a UDN tinha “[...] um perfil mais urbano, ligações mais estreitas com o empresariado moderno e com as classes médias das grandes cidades [...]” (Motta, 1999:76). Assim como distinção entre os

dois partidos, “[...] os *udenistas* tendiam a ter mais votos nas grandes cidades e os *pessedistas* nas zonas rurais e nas pequenas localidades [...]”. (Motta, 1999:76-77).

Entre 1946 e 1964, houve a movimentação que culminará no Golpe Militar. Um dos argumentos dos participantes do movimento de 1964 para a deposição de João Goulart era a “defesa da legalidade” e crítica ao comunismo, atribuído à imagem de Jango. Eram críticos da política de mobilizações populares realizada pelo PTB com a participação do Presidente da República.

Logo nos primeiros dias de abril de 1964, um dos principais temas em debate no Congresso Nacional era o das cassações de parlamentares. Que acabou se confirmando com a aprovação do Ato Institucional nº 1 que ainda estabelecia as eleições indiretas, por exemplo, para presidente, ou seja, o povo estava restringido ao voto.

Em 27/10/1965 foi editado o Ato Institucional nº 02, em seu artigo 18 determinou o fim do pluripartidarismo⁷. Em 20/11/1965 foi decretado a Ato Complementar nº 4, ao AI nº 02, regulamentando a criação das organizações provisórias com atribuições de partidos políticos. O AC-4 trouxe a definição do perfil do novo sistema partidário. Nesse momento, nascia a partir da esfera federal, a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), ligada ao governo, e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) partido da oposição. Tal sistema bipartidário se manteve de 1966 a 1979, quando foi restabelecido o pluripartidarismo. Segundo Motta (2007), o objetivo dos governistas era criar um partido forte capaz de dar sustentação ao governo o que caberia a Arena, e outro fraco e dócil que abrigassem os descontentes com o regime.

Nesse momento, a estrutura partidária da Arena

[...] foi constituída por elementos provenientes da UDN, [...] os outros parlamentares [...] tinham origem diversa, muitos vieram do PSD e havia até egressos do PTB, mas eram os ex-udenistas os mais numerosos e os mais influentes.
(Motta, 1999:99)

⁷ Art. 18 – “Ficam extintos os atuais Partidos Políticos e cancelados os respectivos registros”. (BRASIL, República Federativa do. **Ato Institucional nº 2**, de 27 de outubro de 1965. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-02-65.htm . Acessado em 26 de julho de 2016).

Já o MDB possuía seu núcleo formado principalmente por políticos vindos do PTB,

[...] evidentemente, os políticos radicais [...] do PTB, em sua maioria, haviam sido cassado após 1964 e não estavam mais no Congresso para insuflar o ânimo da bancada oposicionista. (Motta, 1999:99)

O quadro da criação e organização partidária dava a Arena um domínio eleitoral, enquanto o MDB, “[...] colhia fracos dividendos nas urnas” (Motta, 1999, 100). Mas a situação começou a mudar a partir de 1974, em que emedebistas conseguiram grandes ganhos nas eleições daquele ano, elegendo, por exemplo, 16 das 22 vagas para o Senado em disputa. A ascensão eminente da oposição “[...] também trouxe implicações importantes para a dinâmica política do país, contribuindo sobremaneira para o processo de redemocratização” (Motta, 1999:101). O regime militar começou a planejar meios de frear a ascensão da oposição.

Em 1979 Figueiredo restabelece o pluripartidarismo, assim no lugar da Arena o Partido Democrático Social (PDS), no campo oposicionista houve cisões com a extinção do MDB, surgiram o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), o Partido Democrático Trabalhista (PDT), o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e o Partido dos Trabalhadores (PT).

Em relação ao PT, segundo Motta (1999),

[...] trata-se certamente de uma das construções mais originais da política brasileira. [...] As bases sociais do partido se originaram fundamentalmente de três setores: líderes do sindicalismo em ascensão, com destaque para Luís Inácio ‘Lula’ da Silva; intelectuais e pequenos grupos marxistas; e militantes populares ligados ao trabalho pastoral da Igreja Católica. [...] Tratou-se igualmente de um dos raros casos na história brasileira de um partido criado fora do universo das elites e do Estado. (MOTTA, 1999:108)

Em tese, o Brasil terá somente a partir do Partido dos Trabalhadores (PT) as populares representadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No rápido resgate do termo partido, foi feito um esforço de aproximar-se da definição que conhecemos hoje. Observa-se que a classificação feita por Maurice Duverger (1970) de partidos de quadro e de massa é o que melhor define os partidos formados no Brasil ao longo de sua história.

Dessa forma, em todos os momentos da história político-partidária brasileira pode-se visualizar o domínio das elites no interior dos partidos buscando meios para manterem-se no poder suprimindo e negligenciando a vontade da massa. Mesmo durante a República e seu sistema representativo, assim como a ampliação do sufrágio universal, este acaba por não representar de fato os anseios do povo. O eleitor por sua vez ao votar executa um ato soberano, mas renuncia a soberania, pois delega função a terceiros. Dessa maneira, “[...] quando eu voto, minha igualdade cai na urna junto com meu voto; eles desaparecem juntos”. (VEUILLOT apud MICHELS, 1982, p. 24).

Se pensarmos na definição de partidos de massa levantada por Duverger (1970), que os descreve como partidos que emergem das massas para atender seus anseios, no Brasil somente o Partido dos Trabalhadores (PT) consegue encaixar-se dessa posição, muito embora hoje existam chefes profissionais especializados responsáveis por gerir o partido, tornando-o mais elitizando se aproximando da discussão de Michels (1982) em torno da Lei de ferro das oligarquias. Estaria então o PT transformando-se em um partido de quadros? A resposta para essa pergunta não conseguirá ser aqui contemplada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 1992.

DUVERGER, Maurice. **Os partidos políticos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

FERREIRA, Jorge. O nome e a coisa: o populismo na política brasileira. In; FERREIRA Jorge. (Org). **O populismo e sua história: debate e crítica**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FERREIRA, Marieta de Moraes; PINTO, Surama Conde Sá. **A Crise dos anos 20 e a Revolução de Trinta**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2006. 26f.

GOMES, Angela de Castro ; PANDOLFI, Dulce Chaves ; ALBERTI, Verena. **A República no Brasil**. São Paulo: Nova Fronteira, 1999.

HEINZ, F.M. (Org.) **Por uma outra história das elites**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

MICHELS, Robert. **Sociologia dos partidos políticos**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. O MDB e as Esquerdas. . In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (org.). **Revolução e democracia (1964...)**. **As Esquerdas no Brasil**. vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Introdução à História dos Partidos Políticos no Brasil**. Belo Horizonte. Editora UFMG. 1999.

PANEBIANCO, Angelo. **Modelos de Partido: organização e poder nos partidos políticos**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2005.

SEILER, Daniel-Louis. Daniel-Louis. **Os partidos políticos**. Brasília: Editora Universidade de Brasília: São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000.